

Boletim N^o

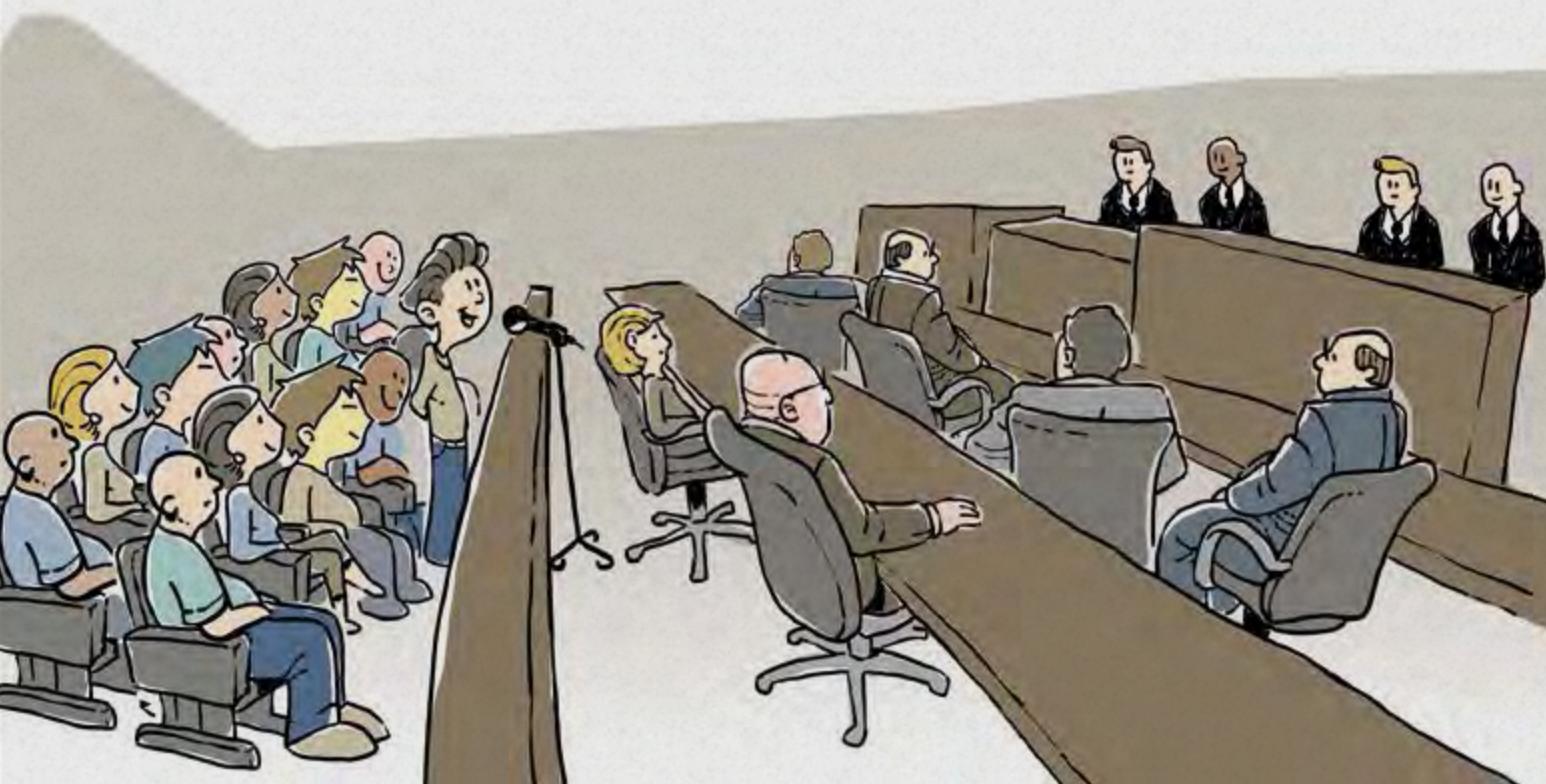
3

MAIO 2014

Audiências Públicas em Piracicaba

 **OBSERVATÓRIO
Cidadão**
DE PIRACICABA

www.observatoriopiracicaba.org.br



**UM IMPORTANTE
ESPAÇO DE
PARTICIPAÇÃO
SOCIAL**

NESTE BOLETIM VOCÊ
ENCONTRA UM PANORAMA
SOBRE AS AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS REALIZADAS EM
PIRACICABA DE 2011 A 2013.

O que são Audiências Públicas?

As Audiências Públicas são espaços de diálogo entre o governo e a sociedade civil e têm como objetivo, a troca de informações e a apresentação de opiniões e de propostas sobre determinado tema. Nessas reuniões, em geral, um órgão público apresenta determinado assunto (projeto de lei, de obra, proposta de orçamento, prestação de contas) e a sociedade pode esclarecer dúvidas e apresentar sua opinião. Além disso, parte das Audiências permite aos Vereadores questionar e fiscalizar os projetos da Prefeitura.

Com as Audiências, as decisões públicas passam a ter maior transparência e participação. Elas possuem caráter consultivo, ou seja os presentes não tomam decisões sobre os temas debatidos. Ao lado dos conselhos de políticas públicas, das conferências e do orçamento participativo, as Audiências são importantes espaços de participação e controle social.

O que o Observatório avalia?

Indicadores relacionados a diferentes aspectos das Audiências Públicas realizadas pela Câmara de Vereadores e pela Prefeitura Municipal, tais como: número de participantes, disponibilização on-line de atas e listas de presença, horário e dia de realização, dentre outros. Tais indicadores não avaliam todos os aspectos possíveis, mas permitem identificarmos pontos fortes e fragilidades das Audiências realizadas no município.

O que diz a Lei ?

A realização de Audiências públicas é obrigatória em determinados casos, como por exemplo, antes da aprovação do orçamento público ou para a prestação de contas. Além disso, Prefeitura, Câmara de Vereadores, outros órgãos públicos e conselhos podem realizar Audiências mesmo quando não existe obrigação legal para isso. Não há uma norma federal ou municipal específica que oriente todas as etapas de realização de uma Audiência. Em Piracicaba, há a **Resolução Nº 20/2007** da Câmara dos Vereadores, que dispõe sobre normas gerais para sua realização, como por exemplo: Quem pode convocar uma Audiência; Quais as regras para a comunicação institucional; Quais são as atribuições dos diferentes departamentos da Câmara.

O Boletim

Nesse Boletim você irá conhecer os indicadores das 38 Audiências Públicas realizadas de 2011 a 2013. É a maior quantidade de informações sobre Audiências já reunidas em um documento. Esperamos que o Boletim ajude a sociedade civil e o poder público na reflexão sobre as Audiências e na implementação de ações que fortaleçam as mesmas.

Indicadores Gerais

Confira na tabela abaixo as informações e os indicadores gerais organizados pelo Observatório para o acompanhamento e a avaliação das Audiências públicas do município:

Audiências Públicas 2011-2013

Indicador	
Número de Audiências Realizadas ^{1 2}	38
Audiências que ocorreram em horário comercial ³	89%
Audiências que possuem ata disponível online	68%
Audiências que possuem lista de presença disponível online	55%
Audiências realizadas pela Câmara de Vereadores	92%
Audiências realizadas pela Prefeitura Municipal	8%

¹ Para conhecer as informações e indicadores de cada Audiência realizada acesse:

<http://www.observatoriopiracicaba.org.br/espacos-de-participacao-social>

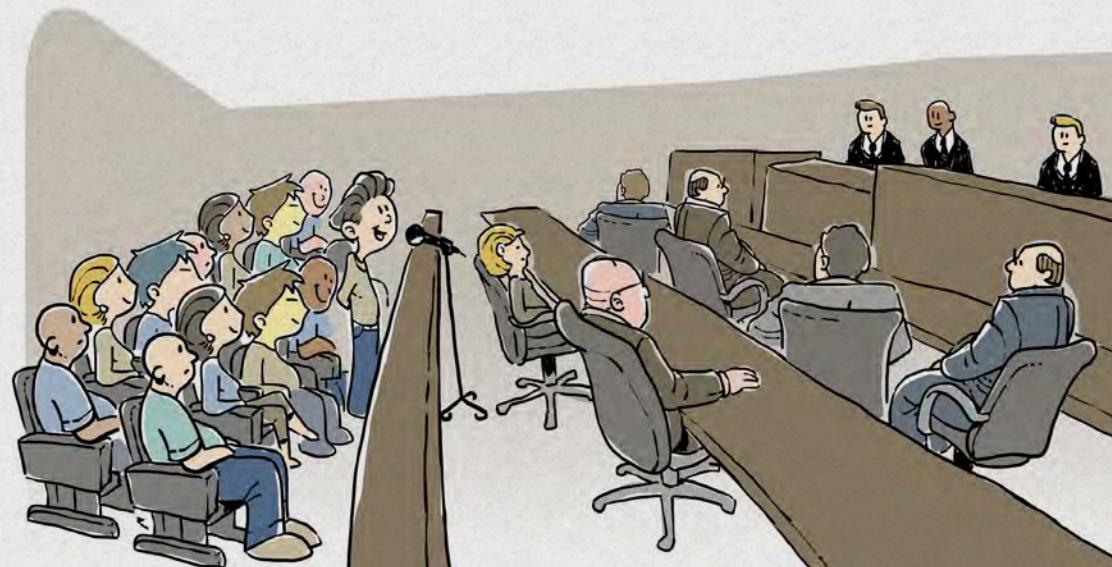
² Das 38 Audiências públicas, 14 foram realizadas em 2011, 10 em 2012 e 14 em 2013.

³ Para a análise, foi considerado o seguinte período como horário comercial: das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira.

Comentários do Observatório



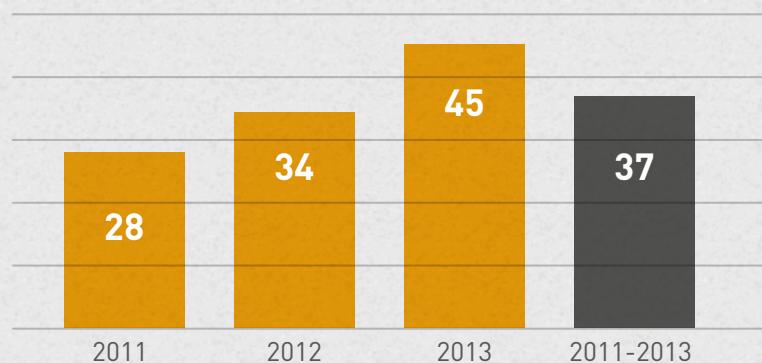
- A maioria das Audiências (89%) foi realizada em horário comercial³, o que dificulta a participação da população;
- Apesar da maior parte das atas e listas de presença estar disponível online, é grande a porcentagem das Audiências que não possuem seus documentos na internet;
- A maior parte das Audiências públicas (92%) foi realizada pela Câmara de Vereadores, sendo que em 3 anos, a Prefeitura realizou apenas 3 Audiências (8%).



Participantes

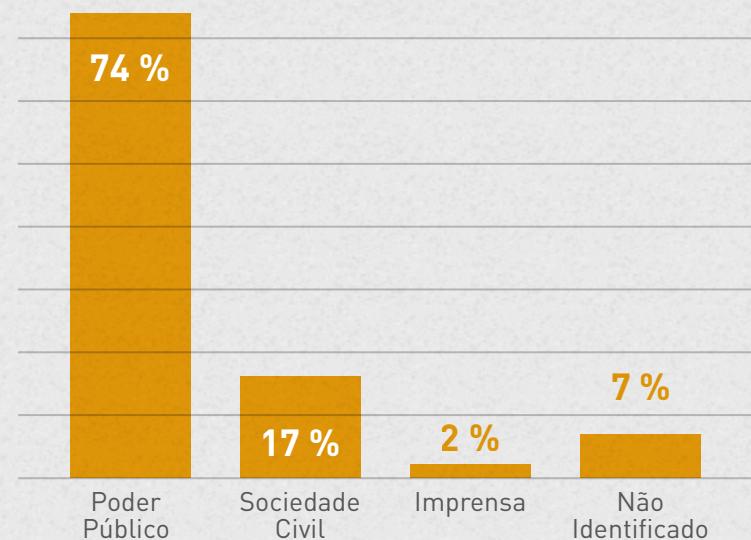
A participação nas Audiências Públicas é aberta a todos os cidadãos interessados, que possuem direito a fazer uso da palavra e manifestar sua opinião. O gráfico abaixo apresenta a média de participantes nas Audiências, por ano:

MÉDIA DO NÚMERO DE PARTICIPANTES



Já este gráfico mostra a proporção de participantes dos diferentes setores da sociedade:

PARTICIPAÇÃO POR SETOR



Comentários do Observatório

- Existe um baixo número de participantes nas Audiências públicas realizadas (média de 37 pessoas por Audiência);
- Quando consideramos a participação da sociedade civil esse número é significativamente menor (média de 6 pessoas por Audiência – 17% dos participantes);
- Apesar da baixa participação, houve um crescimento na média de participantes, que passou de 28 pessoas, em 2011, para 45 pessoas, em 2013.

Assuntos debatidos

As audiências são convocadas para debater temas específicos. A tabela a seguir apresenta os temas das Audiências Públicas realizadas entre 2011 e 2013:

Tema	nº	%
Orçamento Público - Elaboração/Alteração	11	29%
Orçamento Público - Prestação de Contas	9	24%
Plano Diretor/Urbanismo	6	16%
Orçamento Público - Parecer Tribunal de Contas	2	5%
Parceria Público-Privada de Esgoto	2	5%
Acessibilidade	2	5%
Saúde Pública	2	5%
Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico	2	5%
Segurança Pública	1	3%
Políticas para a 3ª idade	1	3%
Tema	38	1

Comentários do Observatório



- Existe uma diversidade de temas debatidos, porém a maior parte das Audiências tiveram como tema o Orçamento Público (58%) e em seguida o Plano Diretor Urbanismo (16%)
- No período, não foram realizadas Audiências públicas específicas para o debate de temas importantes, como educação, cultura e mobilidade/transporte público. Estes temas foram tratados apenas em Audiências específicas sobre orçamento público, ou seja, sem discussões mais aprofundadas sobre suas políticas públicas.

Obrigação Legal

Por determinação legal, algumas Audiências devem ser realizadas obrigatoriamente pelo Poder Público antes de sua decisão final sobre determinado assunto. Mesmo sem a exigência legal, as Audiências podem ser realizadas para debater diferentes temas com a população. A tabela abaixo demonstra a porcentagem de realização de Audiências obrigatórias e não obrigatórias:

	nº	%
Possuem obrigação legal	20	53%
Não possuem obrigação legal	15	39%
Não encontrado	3	8%

Solicitantes - Câmara de Vereadores

Na Câmara de Vereadores as Audiências são realizadas por meio da apresentação de um Requerimento por uma das comissões permanente ou por um dos vereadores. Para a Audiência ser realizada, o Requerimento deve ser aprovado pelo plenário. A tabela a seguir apresenta os solicitantes das 35 Audiências públicas realizadas pela Câmara entre 2011 e 2013:

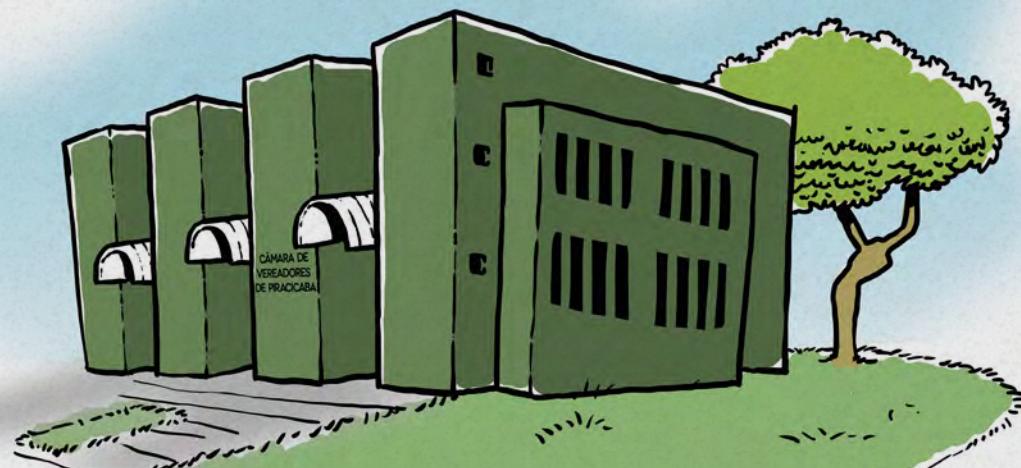
Solicitante	nº	%
Comissão de Finanças e Orçamento	19	53%
Comissão de Legislação, Justiça e Redação	5	14%
João Manoel dos Santos (PTB)	3	8%
André Bandeira (PSDB)	2	6%
José Luiz Ribeiro (PSDB)	2	6%
Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento	1	3%
Comissão Permanente de Educação, Esportes, Cultura, Ciência e Tecnologia	1	3%
Bruno Prata ⁴ (PSDB)	1	3%
José Antonio Fernandes Paiva (PT)	1	3%
José Aparecido Longatto (PSDB)	1	3%

⁴ Vereador no mandato 2009-2012, não reeleito para o mandato seguinte.

Comentários do Observatório



- A maior parte das Audiências foi convocada pelas comissões da Câmara [72%] e uma menor parte pelos vereadores individualmente [28%];
- A Comissão de Finanças e Orçamento solicitou a maior parte das Audiências (53%). Tais Audiências estão relacionadas ao processo de elaboração/alteração do orçamento e a prestação de contas e devem ocorrer por obrigação legal;
- Em fevereiro de 2013, foi solicitada pelo Vereador José Antônio Fernandes Paiva (PT), a realização de Audiência pública referente ao Sistema de Transporte de Piracicaba. A solicitação foi rejeitada pelo Plenário da Câmara por 14 votos contrários, 5 votos favoráveis e 3 ausências.



Propostas do Observatório



A partir dos dados e indicadores deste Boletim e da experiência de suas entidades, o Observatório Cidadão apresenta as seguintes propostas com o objetivo de contribuir para que as Audiências Públicas sejam realizadas com ampla participação e transparência:

Criação de Norma Específica

Dado que atualmente não existe norma que regule a realização de todas as etapas das Audiências, sugerimos que a Prefeitura e a Câmara de Vereadores criem normas específicas para as mesmas, que levem em consideração as diretrizes propostas pelo Observatório.

Mais Audiências Públicas

Realização de mais Audiências Públicas, que debatam políticas e planos setoriais de forma aprofundada, propostas de grande obras e contratos, projetos de lei, dentre outros assuntos de interesse público.

⁵ Como já citado, existe a Resolução Nº 20/2007 (link) da Câmara dos Vereadores, porém a mesma não regulamenta todos os aspectos e etapas de realização das Audiências.

Diretrizes

Antes

- Disponibilização prévia de todos os documentos que serão debatidos na Audiência (Projeto de Lei, planilhas, relatórios, etc) na internet e em locais de fácil acesso.
- Ampla e prévia divulgação (com ao menos 30 dias de antecedência) da data, do local, do horário e do tema que será debatido;

Durante

- Realização em dia e horário que facilite a participação da população (não realização das Audiências em horário comercial);
- Explicação no início do evento sobre como será a dinâmica da Audiência;
- Realização em um local que comporte o público previsto;

- Explicação do tema e esclarecimento das dúvidas em linguagem clara e acessível a todos os presentes;
- Tempo suficiente para que todos os participantes interessados possam manifestar-se.

Depois

- Disponibilização da ata, da lista de presença, de vídeos e demais documentos relativos ao evento;
- Divulgação das dúvidas que não puderam ser esclarecidas durante a Audiência;
- Divulgação das propostas que foram apresentadas durante a Audiência;
- Apresentação da justificativa para as propostas que não foram incorporadas pelo Poder Público em sua decisão final.

AÇÕES JÁ REALIZADAS PELO OBSERVATÓRIO SOBRE O TEMA AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Solicitação à Câmara de Vereadores para que se realizassem 3 Audiências públicas temáticas para discussão do Plano Plurianual (2014-2017). A partir da proposta, foram realizadas 2 Audiências públicas, cuja iniciativa se deu pelas comissões permanentes de “Meio Ambiente e Desenvolvimento” e de “Educação, Esportes, Cultura, Ciência e Tecnologia” (Maio de 2013).



- Curso “Como participar do Orçamento Público de Piracicaba” (Março de 2013) [\[Link\]](#)
- Elaboração da cartilha “Como participar do Orçamento Público de Piracicaba” [\[Link\]](#)

PRÓXIMAS AÇÕES DO OBSERVATÓRIO SOBRE O TEMA

- Atualização permanente dos Indicadores de Participação Social de Piracicaba, que além das Audiências públicas, monitoram as conferências, os conselhos e o orçamento participativo [\[Link\]](#)
- Realização de Palestras/Oficinas de capacitação da sociedade civil para o acesso aos principais canais de participação social do município.
- Elaboração de vídeos animações sobre os principais espaços de participação social em Piracicaba



Você sabia que os cidadãos podem solicitar uma Audiência Pública?



A Prefeitura e a Câmara de Vereadores devem realizar Audiência Pública sempre que solicitada por, no mínimo **1000 eleitores**. Para isso, é preciso coletar pelo menos **1000 assinaturas**, com **nome e título de eleitor** e protocolá-las no órgão público. Esse direito está garantido pela Lei Orgânica de Piracicaba (Artigo 15)!



O OBSERVATÓRIO CIDADÃO

O Observatório Cidadão de Piracicaba busca instrumentalizar a sociedade para melhor compreensão e participação nos processos decisórios locais e contribuir com o monitoramento, a avaliação e o aprimoramento das políticas públicas do município.

VALORES

- Incentivo à participação social, à ética e à cidadania;
- Prezar pela transparência dos atos governamentais e por seus próprios atos;
- Apartidarismo em sua atuação, ou seja, suas atividades não possuem nenhum vínculo ou parceria com partidos políticos.

MISSÃO

Atuar como uma inovadora ferramenta de controle social em prol da transparência pública e da participação social, a fim de contribuir para a criação de uma cidade mais justa, sustentável e democrática.

Realização

